

**FACULDADE CATÓLICA DE ANÁPOLIS
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO
PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOPEDAGOGIA INSTITUCIONAL**

MÁRCIA DE SOUSA CARVALHO

**A INCLUSÃO DA CRIANÇA PORTADORA DE NECESSIDADES
ESPECIAIS NO ENSINO REGULAR**

**ANÁPOLIS-GO
OUTUBRO-2009**

MÁRCIA DE SOUSA CARVALHO

**A INCLUSÃO DA CRIANÇA PORTADORA DE NECESSIDADES
ESPECIAIS NO ENSINO REGULAR**

Artigo apresentado à Coordenação da Faculdade Católica de Anápolis como requisito parcial à obtenção do título de Pós-graduação - Especialização em Psicopedagogia Institucional.

Anápolis-GO, 31 de Outubro de 2009

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Ms. Ivana Alves Monnerat de Azevedo
Orientadora

Prof^a. Ms. Maria Inácia
Examinadora

Prof^a. Esp. Marisa Roveda
Coordenadora

Nota: ____ (_____)

A INCLUSÃO DA CRIANÇA PORTADORA DE NECESSIDADES ESPECIAIS NO ENSINO REGULAR¹

MÁRCIA DE SOUZA CARVALHO²

RESUMO

O homem tem demonstrado dificuldades em lidar com questões que tratam das diferenças, fugindo, assim da sua explicação e do seu padrão de normalidade. A exclusão marca os grupos de indivíduos tidos como "diferentes", submetendo-os às mais diversas formas de homogeneização. A sociedade seleciona os indivíduos que podem ocupar determinados lugares, reproduzindo o modelo excludente, alienados da sua condição humana, destituídos de sua cidadania. Nesse sentido, o estudo visa investigar, por meio da visão de diferentes autores, dentre esses: AMARAL (2002); FERREIRA, (2003) e MANTOAN (2008) acerca do processo de inclusão de crianças portadoras de necessidades especiais no ensino regular, tendo em vista que a expansão do acesso dessas crianças à educação conduziu a uma reflexão e um questionamento acerca da qualidade educacional vigente. Pretende-se, pois, analisar possíveis transformações dos sistemas educacionais para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, o que significa uma mudança na gestão da educação, que possibilite o acesso dessas, às classes comuns do ensino regular e a ampliação da oferta de atendimento educacional especializado propiciando a eliminação de barreiras para o acesso ao currículo.

PALAVRAS-CHAVE: Sociedade. Educação. Portadores de Necessidades Especiais. Inclusão. Cidadania.

ABSTRACT

The man has shown difficulties in dealing with issues dealing with differences, fleeing, and its explanation and its pattern of normality. Excluding mark groups of individuals regarded as "different" and subjected to several forms of homogenization. The company is select individuals who can occupy certain places, reproducing the model of exclusion, alienated from his human condition, deprived of their citizenship. In this sense, the study aims to investigate, through the viewpoint of different authors, among them: AMARAL (2002), Ferreira (2003) and MANTOAN (2008) about the process of inclusion of children with disabilities in regular education, and a view that the expansion of access of children to education led to a discussion and a question about the quality of education legislation. The aim is therefore to examine possible changes in education systems for the inclusion of pupils with special educational needs, which means a change in management education, which provides access to these, the classes of regular schools and expand health care service providing specialized education to eliminate barriers to access to the curriculum.

KEYWORDS: Society. Education. Carriers Needs Especiais. Inclusão. Citizenship.

¹ Artigo apresentado à Coordenação Pedagógica do Curso de Pós-graduação em Psicopedagogia Institucional da Faculdade Católica de Anápolis, como exigência parcial para obtenção do grau de Especialista em Psicopedagogia Institucional, sob orientação da Prof^a Ms. Ivana Alves Monnerat de Azevedo.

² Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Goiás (UEG). Pós-graduanda em Psicopedagogia pela Faculdade Católica de Anápolis.

INTRODUÇÃO

A inclusão de crianças portadoras de necessidades especiais no ensino regular é considerada como uma inovação, embora nos dias atuais seja visto como um movimento muito polemizado, pelos mais diferentes segmentos educacionais e sociais.

A pessoa portadora de necessidades especiais sempre teve sua imagem associada à incapacidade, à limitação, à doença. Esta imagem ganhou força e se cristalizou, devido ao modelo médico da deficiência, vista apenas em seu aspecto biológico, direcionando ao atendimento por meio de ações de adaptação do sujeito à sociedade, sem buscar transformações sociais que transpusessem as barreiras estruturais e humanas impostas à pessoa com deficiência, fixando o foco nas suas limitações e não nas suas possibilidades.

As lutas dos movimentos sociais, que defendiam uma sociedade mais democrática e acessível a todos, culminaram com grandes avanços no atendimento às pessoas com deficiência.

Entretanto, é possível perceber que o atendimento prestado às mesmas evoluiu. Antes a sociedade praticava a exclusão total, pois não as aceitava como seres pertencentes à humanidade.

Em seguida destinou-as um atendimento segregado, dentro de instituições especializadas e mais recentemente procura nortear suas práticas por meio da filosofia da inclusão social, que se caracteriza como um atendimento pautado no respeito às diferenças, tendo como alicerce a democracia e a cidadania.

O motivo que deve sustentar a luta pela inclusão como uma nova perspectiva para as pessoas com deficiência é, sem dúvida, a qualidade de ensino nas escolas públicas e privadas, de modo que se tornem aptas para responder às necessidades de cada um de seus alunos, de acordo com suas especificidades, sem cair nas teias da educação especial e suas variadas formas de exclusão.

O processo de inclusão é desafiador, tanto para educandos como para educadores profissionais, pois os obstáculos para a inclusão são diversos,

mas, podem ser superados pela formação de consciência da humanidade a cerca das possibilidades humanas. Portanto, são fundamentais contínuos esclarecimentos públicos, aos alunos, familiares e professores das escolas comuns e especiais e, às autoridades.

Todas as escolas devem organizar e disponibilizar recursos para remoção de barreiras que impossibilitam a aprendizagem de alunos portadores de deficiência, uma vez que necessitam de apoio diferenciado dos que estão disponíveis comumente na educação escolar.

É preciso, pois, refletir sobre a existência de duas formas de exclusão: a que impede o acesso e o ingresso de pessoas com deficiência nas escolas regulares e a que expulsa as que ingressaram, porém não conseguem permanecer. Na primeira, supõe-se que os portadores de deficiência devem frequentar instituições exclusivas em classes especiais anexadas. Na segunda, alunos com deficiência são excluídos, sendo justificado que nessas escolas, não existem condições de oferecer-lhes o apoio que necessitam, tanto em termos de recursos materiais, financeiros ou de recursos humanos, pois se sentem despreparados para atender a diversidade.

Definição de Educação Inclusiva

Inclusão é o ato ou efeito de incluir, isto é, de compreender, ou seja, entender alguém, aceitá-lo como é, abranger, conter em si, mas também, apreender, perceber, entender, alcançar, atingir.

A expressão Necessidades Especiais não deve ser tomada como sinônimo de deficiências (mentais, sensoriais, físicas ou múltiplas), pois abrange uma série de situações e/ou condições pela qual qualquer pessoa pode estar submetida em decorrência de uma limitação, temporária ou permanente, oferecendo obstáculos em nossa vida em sociedade, considerando-se a idade, o sexo, os fatores culturais, as condições de saúde, os quadros afetivo-emocionais, entre outros fatores (FERREIRA E GUIMARÃES, 2003, p. 32).

Assim, a fratura de uma perna, a senilidade a depressão profunda ocasionada pela perda de um ente querido, a obesidade mórbida, a necessidade de uso permanente de medicamentos, órteses ou próteses, entre tantas outras adversidades a que estamos sujeitos, caracteriza uma situação de necessidades especiais e não se referem, necessariamente, a uma situação de deficiência.

Em educação especial, consiste no ato de incluir pessoas portadoras de necessidades especiais na plena participação de todo o processo educacional, laboral, de lazer, bem como em atividades comunitárias e domésticas. Segundo a Declaração de Salamanca, (1994)

O termo necessidades educacionais especiais refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem. Muitas crianças experimentam dificuldades de aprendizagem e, portanto possuem necessidades educacionais especiais em algum ponto durante a sua escolarização.

Segundo a Prof^a. M.Sc. Cris Lopes (in: www.fadepe.com.br), durante muitos anos os docentes da Educação Especial tentaram dar resposta aos alunos com necessidades educativas especiais retirando-os da sala de aula e ministrando-lhes um ensino individual que, tecnicamente, consideravam como sendo o mais adequado.

Em muitos casos foi possível estabelecer certa cooperação entre o docente da Educação Especial e o docente das turmas "regulares" e os alunos foram integrados total ou parcialmente, mas quase sempre sendo retirados nas horas do "apoio", pois.

A inclusão é uma atitude, uma convicção. Não é uma ação ou um conjunto de ações. É um modo de vida, um modo de viver juntos fundado na convicção que cada indivíduo é estimado e pertence a um grupo (Mil & Vila, 1995, p.65)

Acredita-se, portanto que a inclusão implica em possibilitar que as crianças e jovens frequentem as mesmas escolas com os seus irmãos e vizinhos e o resto da população em geral, com colegas do mesmo nível etário, com objetivos de aprendizagem pertinentes e individualizados e com os apoios necessários para o ajudar a aprender.

De acordo co artigo da internet, pode-se compreender que uma escola inclusiva é uma instituição educacional na qual todos os recursos disponíveis

são utilizados cooperativamente para satisfazer as necessidades educacionais de todas as crianças que a freqüentam. Estas precisam de uma gestão pedagógica forte que propicia um planejamento conjunto dos programas educativos, uma implementação compartilhada e uma avaliação exigente (in:<http://graciele.nireblog.com/cat/educacao-inclusiva>)

A noção de deficiência é, pois, uma questão contingencial e decorre de normas e expectativas da sociedade:

[...] é uma situação que surge como produto da interação daqueles que apresentam determinados atributos com o meio social, que interpreta e considera tais aspectos como desvantagens” (FERREIRA E GUIMARÃES, 2003, p. 32).

Dessa forma, todos os alunos freqüentam turmas adequadas ao seu nível etário. Aprender é um processo dependente de uma grande variedade de estratégias instrucionais usadas pelos docentes por forma a facilitar as aprendizagens dos seus alunos. Muitas vezes o apoio de pessoal auxiliar é também fundamental para que a aprendizagem seja efetiva em situações do dia a dia.

Diferentes Olhares sobre a Inclusão

Segundo o Ministério da Educação nas últimas décadas, a incorporação das diretrizes da Educação para Todos se efetivou com vistas à universalização do acesso à educação, resultando no aumento significativo do número de matrículas, 96,4% das crianças e adolescentes em idade escolar estão na escola, são 56.478.988 alunos matriculados na Educação Básica. (<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao>).

No mesmo artigo afirma-se que esse novo contexto gerou novas demandas para a gestão e outras necessidades para os professores advindas da presença de grupos sociais diversificados em sala de aula e, ao mesmo tempo, se colocou o desafio da inclusão de crianças e adolescentes com deficiência nas classes comuns do ensino regular.

Desta forma, a educação inclusiva é uma abordagem que procura responder às necessidades de aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos, com um foco específico naqueles que são vulneráveis à marginalização e exclusão.

Este novo olhar para educação deve ser almejado como uma nova dinâmica para a relação de ensino e aprendizagem, no sentido de atentar para as singularidades. A singularidade do aluno está presente nos diferentes ritmos de aprendizagem, em uma maior ou menor afinidade com determinadas áreas, em uma habilidade maior para algumas tarefas e inabilidade para com outras, etc.

Enfim, são inúmeras as evidências de que as crianças e adolescentes não apreendem conhecimentos da mesma forma e nem de forma homogênea. Repensar o papel do professor e do aluno dentro deste contexto pode beneficiar, não só, aos portadores de deficiência, de conduta e superdotados, mas a todos os alunos.

Nessa perspectiva, entende-se que o desenvolvimento de sistemas educacionais inclusivos no qual as escolas devem acolher todas as crianças, independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas e outras, representa a possibilidade de combater a exclusão e responder as especificidades dos alunos.

Vários acontecimentos no Brasil marcaram também a educação das pessoas com necessidades educacionais especiais, dentre essas, os deficientes mentais, quando, no final do século XX, discutia-se a importância da integração escolar desses alunos que deveriam estudar juntos com alunos sem deficiência, desde que estivessem preparados para tal. Nesse movimento foram criadas salas especiais para atender a um grupo de alunos, porém, estavam fadadas ao fracasso da escola como um todo. (AMARAL, 2002, p.32).

No final do século XX, adentrando para o século XXI, o sistema de ensino no País viu-se cada vez mais envolvido com as recomendações da educação inclusiva, no sentido de que todas as escolas estivessem preparadas para receber a todos alunos, inclusive os que apresentassem algum tipo de deficiência (Declaração de Salamanca, 1994)

Na escola, constata-se ainda, grande número de professores despreparados para trabalhar na diversidade e de escolas que não estão organizadas para receber alunos diferentes e/ou com necessidades educacionais especiais.

Conforme afirma Amaral (2002, p.113): “Muitos dos nossos professores do Ensino Fundamental alegam que não se sentem “preparados” e motivados para a docência de grupos tão diversificados.

É comum ouvir observações, tais como: “o aluno pode até ficar na escola comum, mas não se pode garantir que se vá aprender alguma coisa por ele”. Esse tipo de inclusão segundo o mesmo quando se refere à inclusão marginal, onde:

Os sujeitos que estão na inclusão marginal não são, necessariamente, rejeitados fisicamente. Podem, até, estar no mesmo espaço geográfico sem serem reconhecidos e valorizados. É neste terreno que se insere a inclusão marginal que também é instável e precário, pouco visível e, por isso perversa, porque se insere no universo simbólico, (AMARAL, 2002, p. 05).

Defende-se, pois, a inclusão social e educacional da pessoa portadora de necessidades especiais, com responsabilidade, competência, com base nos princípios éticos e democráticos que fundamentam a legislação brasileira, nos Direitos Humanos.

Nesse contexto, a autora ainda diz que as escolas brasileiras comuns ou especiais, bem como as classes especiais, salas de recursos e outros serviços similares, do jeito que estão, não estão contribuindo para o desenvolvimento da cidadania do alunado de uma maneira geral.

Assim, precisam remodelar-se em atitudes, cultura, metodologia e além dos muros escolares precisam ser valorizadas nos aspectos humanos, técnicos e arquitetônicos, pois a educação, para acontecer na dimensão política que representa, exige condições para funcionar como tal, inclusive, necessita ser valorizada em todos os âmbitos das demais políticas públicas.

A Transformação do Sistema Educacional Brasileiro nas Últimas Décadas

A sociedade atual é caracterizada como momento de transição de paradigmas, as conquistas já consolidadas pelas pessoas com necessidades educacionais especiais e seus familiares, historicamente, não podem ser descartadas e as estruturas desmanteladas, como se não tivessem um valor

histórico indiscutível na complexa rede de relações que constituem o sujeito social.

É um movimento que não pode abrir mão de uma rede de ajuda e apoio aos educadores, alunos e familiares.

Pode-se afirmar, então, que há uma parcela de crianças e adolescentes que, em função de seus graves comprometimentos ou necessidades de comunicação diferenciada, requerem atenção individualizada e adaptações curriculares significativas, as quais necessitam que seu atendimento seja, atualmente, realizado em classes ou escolas especiais.

Considera a existência de três tendências sobre o modo de se pensar e praticar o processo de inclusão; elas diferem em natureza, princípios e formas de concretização, em sala de aula.

O primeiro é denominado de inclusão condicional, considerado a forma mais conservadora de todos. Condiciona a efetivação da inclusão a: se todos os professores forem capacitados antes, quando todas as escolas estiverem adaptadas.

Essas afirmações remetem a um futuro incerto que, pela impossibilidade de concretização em curto prazo, inviabiliza o direito de acesso e permanência desses alunos à escola, no momento atual, descumprindo o preceito assegurado na Constituição Federal Brasileira de 1988.

O segundo é um movimento que vem sendo denominado de inclusão total ou radical e é radicalmente oposto ao primeiro. A professora Maria Teresa Egler Mantoan (2008) é uma das defensoras desse movimento e afirma que encaminhar para as classes e escolas especiais os alunos que têm dificuldades de aprendizagem, sendo ou não deficientes, funciona como “[...] válvula de escape’ do professor, que repassa os problemas para outros colegas, os ‘especializados’, e, assim, tira de seus ombros o peso de suas limitações profissionais”.(MANTOAN, 2008, p. 18).

A terceira posição é denominada de inclusão responsável, fundamentada no princípio do desafio da inclusão escolar, enfrentado como uma nova forma de repensar e reestruturar políticas e estratégias educativas, de maneira a não apenas criar oportunidades efetivas de acesso para crianças e adolescentes com necessidades educacionais especiais, mas,

sobretudo, garantir condições indispensáveis para que possam manter-se na escola e aprender.

O Direito à Diversidade

É importante a remoção de barreiras que limitam a participação e a aprendizagem de alunos com necessidades especiais em escolas regulares, tendo como objetivo garantir a inclusão e os cuidados à infância evitando-se assim as causas da exclusão.

É ressaltada a necessidade de ampliação e melhora dos programas de educação e cuidado da primeira infância e da atenção prioritária às crianças com necessidades especiais em situação de pobreza.

Não é correto dizer que somente os alunos com problemas físicos ou mentais seriam alvos das políticas de inclusão, como se apenas estes estivessem à margem do sistema educacional, apresentando problemas na aprendizagem.

Reduz-se a complexa problemática social da inclusão, que estende seus tentáculos aos diferentes segmentos sociais, ao espaço escolar como se, uma vez matriculados os alunos nas classes comuns, estaria garantida sua inclusão educacional e social.

Propõe-se também flexibilizar e diversificar a oferta educativa proporcionando múltiplas opções para que os alunos possam concluir a educação básica em qualquer momento da vida.

Chama-se a atenção para a necessidade de conciliar a consolidação da educação formal com a geração de alternativas não convencionais que dêem respostas diferenciadas a distintos grupos como: crianças nômades, trabalhadoras, de rua ou que vivem em zonas isoladas.

Menciona-se também a necessidade de um currículo amplo e flexível que possa ser diversificado e adaptado às diferenças sociais, culturais e individuais. Os sistemas de avaliação deverão ser transformados de modo que considerem as diferenças sociais, culturais e individuais, porque:

O simples acesso à escola é condição necessária, mas não suficiente para tirar da sombra do esquecimento social milhões de pessoas cuja existência só é reconhecida nos quadros estatísticos e

que o processo de exclusão educacional não se dá mais principalmente na questão do acesso à escola, mas sim dentro dela”(MONTAN, 2008, p.11).

Há pontos de confluência, como o entendimento de que a educação é um direito de todos e que os sistemas de educação devem organizar-se para atender a todos os alunos, mas há também divergências quanto ao tipo de atendimento que deve ser oferecido e ao local de oferecimento.

Entende-se que, se por um lado, a conceituação mais ampla da inclusão revela uma concepção de educação que enfatiza o processo político de formação de cidadãos a partir de bases firmadas nos direitos e na necessária interligação das políticas públicas, a ênfase no que é comum a todos os processos educativos pode apagar as especificidades de alguns tipos de necessidades.

Deficiências são inerentes aos sujeitos, constituem sua subjetividade; não definem sua essência, mas determinam modos de ser e estar no mundo que podem gerar ou não impedimentos ou colocar os sujeitos que as apresentam em situação de desvantagem, a depender dos resultados da interação das características diferenciadas das pessoas com deficiência, com as representações em torno dela e das tecnologias disponíveis no meio social a seu serviço.

Assim, é importante reafirmar a necessidade de melhoria da educação como um todo, mas é indispensável, também, alocar recursos para atender demandas específicas.

As políticas e práticas de inclusão não têm um significado único e consensual, mas são determinadas por múltiplos fatores. Eles incluem uma ampla rede de significações no entrecruzamento de diferentes olhares e formas de se efetivar esse processo; é na inter-relação de como eu, os outros e as instituições sociais definem e praticam a inclusão que ela pode ou não, tornar-se realidade.

A sociedade capitalista produz uma massa de excluídos e assim a preocupação com a inclusão, não se refere mais a um único grupo no espaço escolar: o das pessoas com deficiência, pois “as escolas inclusivas são escolas para todos, implicando num sistema educacional que reconheça e

atenda às diferenças individuais, respeitando as necessidades de qualquer aluno” (MANTOAN, 2008, p.26).

O Movimento da Educação Inclusiva

As exigências para incluir todas as crianças na escola deu nova perspectiva para os alunos com necessidades especiais aqui no Brasil. Existe ainda uma forte exigência pela capacitação por parte dos professores, que se sentem com muita dificuldade para conduzir a inclusão dentro da sala de aula. Existe a ciência desta necessidade por parte do MEC, que neste sentido, tem disponibilizado material para orientar e capacitar os professores através de sugestões de estratégias a serem utilizadas junto às crianças e jovens com deficiência.

Há muito conhecimento sendo produzido em torno desta questão. São maiores as informações a respeito da inclusão educacional com relato de experiências, dicas de estratégias, recursos, debates virtuais e cursos que podem servir como fonte de apoio para os professores.

Deve-se levar em conta também a constante reflexão dos professores sobre suas próprias práticas de sala de aula para que possam ir encontrando caminhos a partir das dificuldades que apareçam.

Mesmo crianças com uma mesma deficiência podem possuir necessidades diferentes, portanto não há uma regra ou padrão que possa ser aplicada pelo professor a um único grupo. É importante que os casos sejam discutidos e pensados de forma única para que sejam bem sucedidos.

O processo de inclusão desestabilizou velhas certezas, uma vez que trouxe inúmeros questionamentos sobre concepções e práticas arraigadas na educação. Se os professores especialistas dominam estratégias metodológicas específicas que beneficiam os alunos especiais, desconhecem, muitas vezes, princípios teórico-metodológicos subjacentes às diferentes áreas de conhecimento, já que seu “fazer pedagógico” esteve por anos relacionado a práticas de reabilitação.

Mesmo com todas as garantias legais que asseguram o direito de acesso à escola, na prática, não se garante o ensino de qualidade, ou seja, a

escola de todos não é a escola para todos, almejada nos princípios das políticas educacionais.

Isso se deve a um complexo conjunto de fatores que envolvem desde a ineficaz gestão de órgãos governamentais, consideradas barreiras político-administrativas, até as que são consideradas as formas mais perversas de exclusão, aquelas com baixa visibilidade, que se manifestam simbolicamente por meio de (pré) conceitos e discriminação que constroem estereótipos e mitos sobre as pessoas, consideradas barreiras atitudinais, presentes na sociedade como um todo.

A questão da inclusão reforçou a necessidade da escola repensar seu papel e suas práticas. Caminha-se para a construção de uma nova escola que aceite e respeite as diferenças e que trabalhe sobre uma nova perspectiva, da singularidade do aluno que aprende, incluindo aqui, também, a singularidade do professor, já que nenhum professor ensina de maneira igual a outro.

Ele também possui sua particularidade na forma como transmite o conhecimento. Não há um único padrão de ensino, muito menos um único aluno, idealizado, que atenda a este padrão.

O Ingresso da Criança Portadora de Necessidades Educacionais Especiais no Ensino Regular

Um instrumento que a escola pode dispor para concretizar o processo de inclusão é o Projeto Político-Pedagógico como veículo que sintetiza as aspirações e princípios que refletem a ação da escola, oferecendo possibilidades de legitimar as diretrizes e linhas de ação pelas quais serão construídas propostas para a aprendizagem e participação de todos os alunos na escola.

O Projeto Político-pedagógico (PPP) deve contemplar três dimensões ou ações que competem a segmentos distintos:

- 1) A comunidade escolar e sociedade em geral a quem cabe a construção de culturas inclusivas (envolve propostas para a construção de uma comunidade escolar segura, receptiva, colaboradora e estimulante em

que todos são considerados importantes para a remoção de barreiras para a aprendizagem e para a participação).

2) Cabe às secretarias municipais e estaduais de educação, a elaboração de políticas inclusivas (organização de apoios e a formação continuada dos professores e demais profissionais da educação).

3) Aos professores e equipe técnico-pedagógica cabe a dimensão das práticas inclusivas (a organização do processo de aprendizagem por meio da flexibilização e adaptações curriculares (de conteúdos, metodologias e avaliação).

Na prática, presencia-se histórias de sucesso, como também enormes dificuldades e, em alguns casos, o fracasso desta empreitada.

A luta pela inclusão tem que ser uma luta de toda sociedade, que acontece de forma cotidiana e privilegiada no interior das salas de aula, e na construção de uma rede formada por família, escola e comunidade.

Dentre os desafios emergentes que a escola tem de enfrentar, encontra-se a diversidade de pessoas portadoras de múltiplas culturas, saberes e potencialidades, numa pluralidade de formas de ser e de pensar. Tais diferenças numa mesma sala de aula ou num espaço comumente habitado tornam-se uma exigência e um compromisso com o outro.

O debate sobre a inclusão educacional de pessoas com necessidades especiais resgata uma questão essencial à constituição de toda sociedade que se diz avançada: a forma como o ser humano vê e trabalha com as diferenças.

Educação inclusiva diz respeito à capacidade das escolas para educar todas as crianças, jovens e adultos, sem qualquer tipo de exclusão. Nesse sentido, dar resposta à 'diversidade' significa romper com o esquema tradicional, no qual uma aula é planejada e organizada para todas as crianças ao mesmo tempo, ou seja, todas as crianças executam as mesmas tarefas, da mesma forma e com os mesmos materiais.

Para desenvolver uma escola "na e para a diversidade" é necessário a construção de uma rede de apoio que colabore com os professores, que venha atender as diversidades de estilos e ritmos de aprendizagem dos alunos e de suas famílias.

Compreende-se, sem dúvida, que a escola construiu, desde seus primórdios, políticas excludentes de atendimento que ora segregavam os menos capazes de acompanhar a grade curricular (incluindo os indisciplinados), ora os expeliam do sistema educacional.

Esta exclusão tem sido extensamente debatida e estudada por profissionais, entidades vinculadas aos direitos humanos, governos e sociedade civil. Um dos frutos desse debate foi o ideário da inclusão, que vem para reverter esse quadro e fazer valer a perspectiva do direito fundamental da criança à educação.

Verifica-se, em diversas instâncias educacionais, nas Coordenadorias de Educação, nos Ministérios e Secretarias, o surgimento de um novo discurso, de um novo enfoque que trata da possibilidade da inclusão, que cria recursos técnicos para que ela aconteça e que produz estudos e reflexões por meio de uma nova ótica filosófica e ética.

A escola, como símbolo da cultura, tem um papel primordial na transmissão, não só dos conhecimentos acumulados através dos séculos, como também dos valores que regem esta sociedade.

O Papel do Professor no Processo de Inclusão

No processo educativo, o aprendizado não é unilateral: ele se dá por meio de uma relação, entre professor e aluno, e também, entre alunos, por meio das estratégias de grupo.

E, como o aprendizado acontece nesta base relacional, é preciso que o adulto possa despertar o desejo de que o aluno aprenda. A criança precisa sentir-se desafiada, instigada pelo conhecimento que o professor traz. É este desejo que fará com que a criança aprenda e produza seu próprio conhecimento.

Esta engrenagem, aparentemente óbvia, é que precisa ser resgatada. O professor é o motor desta engrenagem e o conhecimento é o combustível para que isto aconteça. Em nossas profissões, sejam elas quais forem, nos

deparamos com situações desafiadoras e com a sensação primeira, de que será impossível realizá-las.

O processo de Inclusão é um processo de aprendizado. As pessoas estão aprendendo a viver com os diferentes. E isso só se aprende na ação e dentro de um contexto.

A sala de aula é um dos contextos educacionais de maior importância no desenvolvimento dos alunos (as), já que é nela que têm lugar os processos de ensino e aprendizagem.

A pedagogia diferenciada é uma pedagogia dos processos: desencadeia-se num ambiente de aprendizagem aberto, onde as aprendizagens são explicitadas e identificadas de modo a que os alunos aprendam segundo os seus próprios itinerários de apropriação dos saberes e do fazer.

Para realizar um projeto de pedagogia diferenciada é importante diferenciar os conteúdos e os processos, o que exige uma estruturação do tempo diferente. O professor organiza o tempo, organiza os grupos de acordo com os estilos de aprendizagem dos seus alunos

Os alunos definem com o professor objetivos de aprendizagem individual/turma, estabelecendo os conteúdos, a forma de os abordar (trabalho individual/de grupo), o tempo necessário para a sua concretização.

Para identificar o estilo de aprendizagem de um aluno, o professor tem que recolher informação relativamente a cada aluno, nos seguintes aspectos: a motivação (grau de envolvimento na tarefa); as capacidades e processos de aprendizagem; os saberes prévios do aluno; os hábitos e métodos de trabalho.

Dessa forma, o professor é um dos principais agentes, que aliado a família poderá contribuir para uma verdadeira inclusão dos portadores de necessidades especiais nas escolas regulares, considerando as individualidades de cada um, bem como respeitando as diferenças.

A questão da inclusão reforçou a necessidade da escola repensar seu papel e suas práticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Longe de estar consolidada, a inclusão é um processo que está apenas se iniciando, com várias vozes dissonantes, umas contra, outras a favor. Procuramos defender a Educação Inclusiva com a perspectiva da garantia dos direitos e da cidadania das pessoas com necessidades educacionais especiais.

Para que a inclusão social aconteça, ela deve começar pela escola, que é o primeiro lugar social e, em decorrência da importância que tem, deve acolher a todas as crianças, sem discriminação.

Este novo olhar para educação deve ser almejado como uma nova dinâmica para a relação de ensino e aprendizagem, no sentido de atentar para as singularidades.

A singularidade do aluno está presente nos diferentes ritmos de aprendizagem, em uma maior ou menor afinidade com determinadas áreas, em uma habilidade maior para algumas tarefas e inabilidade para com outras etc.

Enfim, são inúmeras as evidências de que as crianças e adolescentes não apreendem conhecimentos da mesma forma e nem de forma homogênea.

Repensar o papel do professor e do aluno dentro deste contexto pode beneficiar, não só, aos portadores de deficiência, de conduta e superdotados, mas a todos os alunos.

As sementes estão todas lançadas para que a educação possa de fato realizar a inclusão. Nossas leis, estatutos e diretrizes educacionais indicam o caminho, resta arregaçar as mangas para começar a implementar estas reformas, com todas as dúvidas, dificuldades e tropeços que inevitavelmente surgirão.

A lei existe, mas para que ela seja cumprida, de fato, é necessário que a sociedade e cada um de seus cidadãos a façam valer. Por isso é fundamental que todos cumpram com o seu papel de direitos e de deveres.

A Educação Especial prevê, portanto, uma rearticulação da educação no sentido de providenciar estratégias e métodos que dêem conta do

atendimento às crianças com necessidades especiais. E que estes instrumentos possam ser absorvidos e utilizados não só pela criança especial, mas por toda comunidade escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, L.A. **A Educação Inclusiva ou Sociedade Inclusiva?** Mimeo. Instituto de Psicologia/SP, 2002.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Conferência Mundial sobre necessidades educativas especiais: acesso e qualidade.** Editada pela UNESCO 1994.

FERREIRA, Maria Elisa Caputo; GUIMARÃES, Marly. **Educação Inclusiva** . Rio de Janeiro: DP&A editora, 2003.

LOPES, Cris. **Educação Inclusiva.** Artigo disponível em: www.fadepe.com.br/5_eduespecial_Definicao%20educacao%20inclusiva.ppt. Acesso em 15/08/2009.

MANTOAN, M. T. E. . A escola flexível e a pedagogia das diferenças. Pátio. Revista Pedagógica (Porto Alegre), v. 12, p. 16-18, 2008.

MIL & VILA. **Educação Inclusiva.** Artigo disponível em: <http://graciele.nireblog.com/cat/educacao-inclusiva>. Acesso em 20 de agosto de 2009.

Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao13.pdf>. Acesso em 20/08/2009